

// Acção Nacional da CGTP-IN //

O STML emitiu Pré-aviso de Greve das 8h30 às 21h00



CGTP
INTER-SINDICAL NACIONAL

> **22 de Julho às 10h30 no Largo de Santos** <

A CGTP-IN convocou para o próximo dia 22 de Julho (quarta-feira) uma ação de protesto e luta, com concentração no Largo de Santos às 10h30 e deslocação para a Assembleia da República (AR), com os seguintes objetivos:

- A** **Protestar, denunciar e combater contra um novo pacote de medidas anti laborais e antissociais** que o Governo quer fazer aprovar neste último dia de funcionamento da AR e que visam agravar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores dos sectores privado, público e empresarial do Estado;
- B** **Defender as Funções Sociais do Estado**, lutar pelo progresso social, contra a continuação do ataque à Segurança Social universal e solidária, ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública;
- C** **Combater a continuação da política de exploração e o empobrecimento**. Prosseguir a luta para derrotar a política de direita, pela alternativa política, de Esquerda e Soberana.

Num momento em que se vão conhecendo as intenções para os próximos anos em termos de políticas salariais, mas também no plano dos direitos e condições de trabalho, os trabalhadores portugueses não podem deixar de manifestar a sua indignação perante um cenário que agrava as suas condições atuais já de si extraordinariamente difíceis.

Ao contrário do que afirmam os membros do governo PSD/CDS, Portugal não saiu da crise nem os portugueses começam a ver a tão propalada “luz ao fim do túnel”! O que se perspetiva é a institucionalização e naturalização da política de austeridade, agora enquadrada por um *Tratado Orçamental* que reúne o consenso explícito dos “partidos do arco da desgovernança”.

Romper com esta política, independentemente de quem a corporiza no tempo, é um imperativo nacional que deve reunir os trabalhadores portugueses, do setor público e do sector privado, em torno do aumento dos salários, da regularização da situação dos trabalhadores precários passando-os a efetivos; afirmando que o país não tem futuro com as atuais políticas e exigindo a mudança de rumo para um caminho onde se valorize a qualidade do emprego, das carreiras e profissões, dignificando os trabalhadores, os serviços públicos e as funções sociais do Estado.

A política de direita tem desbaratado todo o património nacional, prosseguindo o desmantelamento e encerramento de serviços públicos, e entregando empresas estratégicas do país ao grande capital, como são os casos mais recentes da TAP, da CP-Carga, da EMEF, dos Metros de Lisboa e do Porto, da Carris e da STCP e, ainda, da intenção também já expressa da concessão da Transtejo e da Soflusa. As consequências desta política têm-se traduzido em

maiores debilidades estruturais do país, no aumento da exploração dos trabalhadores e do empobrecimento da generalidade dos portugueses, no crescimento das desigualdades e na degradação da coesão territorial.

A dívida pública atingiu valores insuportáveis, com os juros e encargos dela decorrente a serem superiores ao investimento feito no SNS, tornando-a impagável! É imprescindível a sua renegociação nos seus prazos, montantes, juros e condições de pagamento do que, no quadro de uma negociação, vier a ser considerada dívida legítima.

Só entre 2009 e 2014 foram eliminados 479 mil postos de trabalho, o que corresponde a uma destruição do emprego superior a 9%. No mesmo período, o desemprego entre os jovens passou de 20% para cerca de 40%.

O resultado desta situação, fruto da opção por uma política que destrói o tecido produtivo nacional e persiste na degradação do emprego a todos os níveis, reflete-se nos avultados custos económicos, devido a prejuízos que decorrem da riqueza não produzida, da diminuição de receitas para a segurança social, da perda de saberes, competências e qualificações, etc. As perdas acumuladas destes prejuízos para o país, desde 2009, estimam-se em mais de 200 milhões de euros. Mas, para além dos custos económicos, são brutais os gravíssimos impactos sociais que se abatem sobre os trabalhadores que são excluídos do trabalho e que se estendem às respetivas famílias.

No município de Lisboa, a realidade não é diferente daquela que se vive no contexto nacional, com os trabalhadores da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou Empresas Municipais, sujeitos às mesmas ignomínias, isto é, auferindo salários miseráveis, perdendo direitos e vendo as suas condições de trabalho degradarem-se face à inércia e ausência de vontade política dos respetivos responsáveis. Não podemos continuar impávidos e serenos quando nos atacam desta maneira!

DIA 22 DE JULHO SAÍMOS À RUA PORQUE A LUTA É DE TODOS E TODOS TÊM QUE SE RESPONSABILIZAR PELA DEFESA DOS SEUS DIREITOS E INTERESSES. UNIDOS, ORGANIZADOS E ATIVOS SEMPRE FOMOS MAIS FORTES! LUTA NO PRESENTE, GARANTE O TEU FUTURO!

